

Mobilizadores Políticos no Nordeste: tipologia dos articuladores eleitorais na política potiguar (estudo de caso)¹

Political Mobilization Agents in Brazilian Northeast: A typology of Electoral Articulators in the Politics of Rio Grande do Norte (a Case Study)

CÍCERO JOSÉ ALVES SOARES NETO

Resumo: O propósito desta reflexão é apresentar uma sistematização acerca dos mobilizadores políticos no Nordeste, caracterizando uma tipologia dos articuladores eleitorais no Rio Grande do Norte, no período de 1889-1989. Especificadamente, objetiva-se distinguir as estratégias da mobilização eleitoral da massa votante na política potiguar. Assim, pretende-se identificar os sistemas de mediação e intermediação existentes no processo eleitoral nas disputas partidárias na arena estadual norte-riograndense. Portanto, visa-se provocar uma discussão sobre a tipologia dos articuladores eleitorais que mobilizam a população votante nas eleições do Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: Agentes de mobilização. Sistemas de mediação e intermediação. Processo eleitoral e tipologia dos agentes eleitorais.

Abstract: The general aim of this reflection is to present a systematization concerning Brazilian northeastern mobilization agents, in order to provide a typology for electoral articulators in Rio Grande do Norte, from 1889 up to 1989. Our specific aim is to distinguish the strategies of election mobilization of the whole mass of voters for politicians in Rio Grande do Norte, Brazil. Thus we want to identify the mediation and intermediation systems in the electoral process in political party disputes on this state arena. As a result, this paper may promote a discussion about this typology of electoral agents since the first years of Brazilian republican period up to a century after.

Keywords: Mobilization agents. Mediation and intermediation systems. Electoral process and typology of electoral agents.

Introdução

O propósito desta reflexão é apresentar uma sistematização acerca dos mobilizadores políticos no Nordeste, caracterizando uma tipologia dos articuladores eleito-

¹ Comunicação oral no 32.º Encontro Nacional do CERU/USP, em 2005. Pôster na 58ª Reunião Anual da SBPC, em Florianópolis, em 2006.

rais no Rio Grande do Norte, no período de 1889-1989. Especificadamente, objetiva-se distinguir as estratégias da mobilização eleitoral da massa votante na política potiguar. Assim, pretende-se identificar os sistemas de mediação e intermediação existentes no processo eleitoral nas disputas partidárias na arena estadual norte-riograndense. Portanto, visa-se provocar uma discussão sobre a tipologia dos articuladores eleitorais que mobilizam a população votante nas eleições do Rio Grande do Norte, no período republicano citado.

Nesta análise, parte-se, inicialmente, da distinção que Jaguaribe (1950) estabelece entre “política de clientela” e “política ideológica” e, em seguida, insere-se a tipologia que Singer (1966) oferece ao identificar os tipos de políticos de direita. Por fim, apresenta-se a crítica restritiva ao fenômeno de re-conceitualização do coronelismo, esboçada, inicialmente, por Saes (1978). Além desta demarcação conceitual, buscam-se as contribuições dos estudiosos da teoria clientelista que distinguem os sistemas de mediação e de intermediação no processo de mobilização política na vida eleitoral de um país.

A interpretação que se desenvolve neste estudo origina-se, parcialmente, da análise demonstrada no *Processo de ruptura do voto-de-cabresto do coronelismo: Seridó Potiguar (1950)*². E a hipótese de trabalho que se adota nesta reflexão apropria-se das premissas e conclusões articuladas nas análises dos trabalhos mencionados acima. Neste momento, prolonga-se o tratamento da questão do processo de mobilização e articulação política e, assim, argumenta-se que “o Estado, ao organizar a sociedade civil, por intermédio das políticas sociais e da ação comunitária, recria os clientes eleitorais, de forma distinta das práticas coronelísticas, nas décadas de 1970/80”. Ou seja, visa-se explicitar como a ação intervencionista estatal na organização da sociedade civil, via políticas sociais e ação comunitária, procurou legitimar o regime autoritário implantado a partir de 1964 e, assim, recriou um fenômeno político distinto do coronelismo, com novas estratégias de vinculação entre a massa votante e os chefes políticos locais e regionais. Assim, pretende-se desenvolver uma tipologia dos articuladores eleitorais na mobilização da população votante, privilegiando-se a realidade histórica da política potiguar, no período de 1889-1989. Entretanto, demonstra-se a exposição dos sistemas de mobilização e articulação política contra-argumentando com as interpretações que Dantas (1987) e Barreira (1992) apresentaram acerca dos tipos dos agentes de mediação política no processo eleitoral brasileiro. Desta forma, busca-se construir uma tipologia dos agentes de mediação e intermediação da participação política da massa votante no processo eleitoral que possibilite, posteriormente, uma verificação histórica criteriosa da tipologia apresentada nesta abordagem preliminar.

² A tese foi orientada pelo Prof. Dr. Elimar Pinheiro do Nascimento, na Sociologia da UnB, defendida em 2003. Além deste estudo, deve-se mencionar, ainda, O Seridó e os “votos de porteira batida”: 1889-1930. Um Estudo Monográfico sobre o Coronelismo no Rio Grande do Norte. Dissertação de Mestrado defendida na Sociologia da Unicamp, em 1984, sob a orientação do Prof. Dr. Décio Saes.

1. Mobilização Eleitoral: Política de Clientela x Política Ideológica

A historiografia da Ciência Política brasileira identifica um recorte conceitual que distingue a “política de clientela” da “política ideológica”, ao caracterizar a participação política do brasileiro na vida partidária do país (JAGUARIBE, 1950). Em seguida, resgata-se a tipologia dos políticos de direita na realidade política nacional (SINGER, 1966). Por fim, insere-se um questionamento acerca da elasticidade conceitual do coronelismo, visando distingui-lo de outros fenômenos, como a barganha eleitoral e a coerção política (SAES, 1978).

1.1. Debate: distinção inicial

Jaguaribe (1950), ao buscar entender a participação política do homem brasileiro na vida institucional do país, resgata a identidade de tal vinculação social e, então, caminha pelas categorias históricas que compõem o cenário analítico da sua interpretação: “o latifúndio, a classe média, a aliança Minas-São Paulo, a revolução de 1930, o Estado Novo e a Queda do Regime”. Assim, a partir de tais demonstrações históricas, apresenta a distinção entre “política de clientela” x “política ideológica”.

Por “política de clientela”, Jaguaribe demarca ser “uma zona de influência, um grupo de pessoas ligadas a seus interesses” e, assim, “a política passou a girar, exclusivamente, em torno das pessoas” (p. 48). Deste modo, a participação da massa votante no processo eleitoral define-se pelos vínculos de interesse pessoal, constituindo-se o eixo central da política de clientela. E, então, na realidade municipal, “o eleitorado tem contato direto com os candidatos e vota, por isso, nas pessoas de suas relações” (p. 50). Daí, então, segundo Jaguaribe, que um pressuposto da política de clientela “é que cada chefe político possa saber, com relativa exatidão, a influência eleitoral com que contam os demais” (p. 50) chefes políticos regionais. Neste sentido, caracterizam-se as limitações da política de clientela que, por outro lado, produz, no eleitorado, a possibilidade de inserir-se no jogo de combinações com compensações maiores e vultosas para o seu apoio político. Tais limitações provocam a *dialética da política de clientela* que produzem a sua superação: rigidificação e uma fluidificação da dinâmica do poder (p. 50). Na primeira, ocorre quando se fortalece um eixo central oriundo da própria política de clientela. Ou seja, fortalece-se, no interior do Estado a influência da política de clientela. Aí, algumas instituições desempenham o papel de expressão política da rigidificação da política de clientela, como o exemplo, o Exército brasileiro. Na segunda, “os diversos grupos de influência política se neutralizam entre si, em proveito daquela parte da população que fica menos comprometida no jogo da clientela” (p. 51). Deste modo, tal via se direciona para formas populistas.

Em contraposição à política de clientela, Jaguaribe apresenta a “política ideológica” que se caracteriza “quando o “homem comum”, quando as massas atuam politicamente em função das condições peculiares a cada grupo social” (p. 651). Segundo o autor, a política ideológica expressa à política de classes, no Estado moderno.

Singer (1966) identifica o político, quer seja de direita ou de centro, de três tipos:

o coronel, o político de clientela e o representante de grupo econômico (p. 72-73). O “coronel” personificaria o político tradicional, geralmente um latifundiário com poder quase absoluto. Desta situação, seria acompanhado por um conjunto de categorias: agregados, arrendatários, parceiros, colonos, capatazes, administradores e membros da sua própria família. O que caracteriza a identidade política do coronel é a “lealdade à clã política... esta lealdade não é ideológica... ela se refere a pessoas, não a princípios (p. 72-73). O segundo tipo, o político de clientela, é distinto do representante de grupo econômico. Na realidade, ele não passa de um “cabo eleitoral”. Este último “representa um setor do eleitorado, cujos problemas e necessidades conhece bem e no qual possui posição de liderança. Ele se caracteriza pela estreiteza do seu horizonte político” (p. 77). O representante de grupo econômico (grupos de pressão) busca “transformar seu poderio econômico em influência política” (p. 76-77).

1.2. A Crítica Restritiva

Saes (1978), ao propor uma reinterpretação política do coronelismo brasileiro, visando criticar a elasticidade conceitual do fenômeno, insere a discussão num contexto teórico diferente das abordagens desenvolvidas até a época da análise divergente. E qual foi o marco conceitual distinto apresentando no tratamento da questão? Trata-se, segundo o autor, em trazer “a análise do coronelismo para dentro dos tipos de Estado” (p. 69), mais particularmente, trata-se de “investigar qual o tipo de estrutura política que corresponde a cada relação de produção, constituindo esta a base de uma modalidade única de dominação de classe” (p. 69). Mas, qual a intenção de inserir a interpretação do coronelismo para o interior da problemática dos tipos de Estado? Segundo a sua argumentação, objetivou-se colocar restrições às interpretações elásticas acerca do fenômeno que se adaptam as inúmeras relações de dominação de classe sob a ótica conceitual do coronelismo. Na sua abordagem restritiva, o que pretende criticar é a reconceitualização permanente do fenômeno, como “coronelismo urbano, neocoronelismo, neocoronel, coronel burocrata, novos coronéis” etc.

De acordo com Saes, “o coronelismo é um conjunto de práticas político-eleitorais que participam, de um modo peculiar, da dupla função do Estado burguês: desorganização das classes trabalhadoras, e unificação da classe dominante sob o comando hegemônico de uma das suas frações” (p. 74) e, então, se ocorre um reexame das caracterizações singulares do fenômeno na realidade histórica brasileira, mais detidamente no Estado Oligárquico (1889-1930) e no Estado Populista (1930-64), apreende-se que “o coronelismo designa um modo concreto de funcionamento das instituições políticas burguesas democráticas” (p. 75). Mas, como se dá tal funcionamento? A premissa básica do fenômeno coronelista é “a presença de relações de produção pré-capitalistas no campo”, onde o dono da terra participa com o poder econômico sobre o trabalhador a quem concede o escasso instrumento de trabalho para explorar: a terra. Tal relação configura a dimensão econômica que requer a dimensão ideológica do fenômeno: a obrigação subjetiva de lealdade como expressão de fidelidade para com quem lhe concede o recurso raro de trabalho: o proprietário da terra. Nesta intercone-

xão das duas dimensões (a econômica e a ideológica), emerge o fundamento determinante do coronelismo: *as relações de dominação e dependência pessoal* do homem do campo aos senhores proprietários das terras de exploração rural. Desta específica relação deriva *a organização e controle do processo eleitoral no campo* como a capacidade de manipulação da massa votante da população rural nas disputas partidárias do poder pelos chefes políticos locais ou coronéis. Configurando-se, por conseguinte, deste modo, o voto-de-cabresto do homem do campo que representa a consumação de uma estrutura de dominação que se expressa no fenômeno do coronelismo.

Diante desta vinculação, *a capacidade de manipulação eleitoral do coronel derivada das relações de dominação e dependência pessoal*, Saes apresenta a contestação de que o fundamento da barganha eleitoral no processo coronelista trata-se de um fenômeno distinto do coronelismo, pois a “relação entre o cabo e a sua clientela...” “uma troca de favores econômicos por favores políticos, de vantagens materiais por votos” (p. 81) constitui um vínculo político distinto do sistema coronelista.

2. Sistemas de Mobilização Política: mediação x intermediação

Os estudiosos da teoria clientelista apresentam modelos interpretativos acerca do processo de mobilização e articulação política. Para isto, contribuem com a distinção entre os sistemas de mediação e o sistema de intermediação, efetuando a fundamental separação entre o “patrão” o “broker” nas suas funções de mediação e intermediação política.

2.1. Modelos Interpretativos

Os teóricos clientelistas contribuem para a compreensão do fenômeno do clientelismo político com conjunto de filiações conceituais, distribuídas em duas dimensões: a macro-análise e a micro-análise. Na primeira abordagem, a macro-análise, identifica-se: Wolf (1956), Bossievain (1969), Silverman (1965), Attwood (1974) e Mayer (1980). Na segunda vertente, a micro-análise, localiza-se: Foster (1961), Kenny (1960) e Boissevain (1966).

Na abordagem da macro-análise, Wolf (1956) inseriu o conceito de “broker” para identificar o articulador entre a comunidade e a nação, o elemento que cria os mecanismos de conexão entre os grupos de poder e a nação. Silverman (1965), ao abordar os vários tipos de integração entre a comunidade e a realidade nacional, para apresentar a distinção entre os sistemas de mediação e de intermediação. Estabelece, então, critérios para separá-los: a “função direta” e a “exclusividade” pessoal na caracterização do que constitui um mediador e um intermediário, pois os dois indicadores servem para singularizar apenas o sistema de mediação. Boissevain (1969), ao aplicar categorias ao debate, enriquece a discussão com o uso conceitual do termo “patronagem”, para distingui-lo de “brokerage”, a partir de dois recursos fundamentais: os recursos e a estratégia. Os recursos de que se vale o mediador referem-se a dois tipos: o controle direto e os contatos estratégicos. Os recursos do controle direto tornam-se não-acessíveis ao

“broker”. Daí, o fundamento da sua distinção entre o sistema de patronagem e o sistema de “brokerage”. Assim posto, resta ao sistema de intermediação o papel de articulação estratégica entre pessoas, grupos e estruturas. Attwood (1974) aceita a sinalização de Silverman (1965) entre os sistemas de mediação e de intermediação e, então, afirma que o sistema de mediação expressa o grupo articulado verticalmente, enquanto que o sistema de intermediação manifesta a aliança estruturada horizontalmente. Mayer (1980) aprofunda as contribuições anteriores e apresenta a argumentação de que ocorrem dois tipos de contatos com os eleitores: a conexão lateral que vincula os intermediários, mas sem uma conexão com o centro, e a interconexão com múltiplas ramificações. Assim, estabelece que os tipos de contatos sejam dois: transacional difuso, que ocorre no serviço público, e o transacional específico, que acontece no campo privado. No primeiro, ilustra-se com o exemplo das promessas feitas nos comícios e, no segundo, restrito ao campo privado, com benefícios e vantagens pessoais.

Na perspectiva da micro-análise, Foster (1961) apresenta um modelo interpretativo, “dyadic contract” que ocorre entre duas pessoas, podendo ser de dois tipos: entre pessoas de status socioeconômico igual, relação simétrica; e entre pessoas de diferentes status socioeconômicos, relação assimétrica. Enquanto que a relação simétrica acontece no interior da comunidade, a relação assimétrica envolve os membros da comunidade e os que se encontram fora da comunidade. Kenny (1960) apropria-se do sistema de patronagem e insere a imagem de uma estrutura piramidal para identificar três tipos de relação: “patrão-cliente”, “cliente-patrão” e “cliente-cliente”. Argumenta que não poderia haver a relação “cliente-cliente”, pois, quando se protege, ocorre a transformação de um dos participantes em protetor e, então, transforma-se a relação em “patrão-cliente”. Boissevain (1966), apesar de partir das relações “patrão-cliente” e “cliente-patrão”, apresenta o argumento de que a pessoa fundamental no sistema é o “broker”, o intermediário, que conecta duas pessoas e, assim, grupos de pessoas. Deste modo, transporta a análise para a relação entre grupos, em vez de pessoas. Em seguida, recorta a relação em duas direções: a vertical, relação entre desiguais, assimétrica; e a horizontal, relação entre iguais, simétrica.

2.2. *Sistemas de Mobilização Política: distinção*

A abordagem conceitual da tradição clientelista caracteriza a distinção entre os sistemas de mobilização política, em que se identifica, de um lado, o sistema de mediação, como expressão do “patrão”, e, do outro, o sistema de intermediação, manifestado no “broker”. O elemento central da separação, o “contract dyadic”, a relação entre pessoas transportou-se para a relação entre grupos. Assim, determinaram-se as estruturas subjacentes em cada um dos dois sistemas de mobilização política e, assim, caracterizou-se cada sistema: o de mediação e o de intermediação. Em função destes recortes conceituais, demarcou-se a identidade do mediador e o intermediário na função de mobilização política no processo eleitoral.

Conceitualmente, explora-se a fundamentação de distinção dos sistemas de mediação e de intermediação para aplicá-los à realidade brasileira, por intermédio dos

fenômenos do coronelismo e do cabo eleitoral e do líder comunitário. Instrumentaliza-se o arcabouço teórico da abordagem clientelista para incorporá-lo à crítica reinterpretativa de elasticidade conceitual do fenômeno coronelismo que se redefine quase que eternamente: “coronelismo urbano, neo-coronelismo, neo-coronel, coronel burocrata, novos coronéis” (SOARES NETO, 2003). Deste modo, visa-se caracterizar distintos sistemas de mobilização política (o de mediação e o de intermediação) e identificar singulares tipos de articuladores eleitorais (coronel, cabo eleitoral e o líder comunitário) que o mapeamento clientelista propicia à tipologia demonstrada nesta análise.

3. Articuladores Eleitorais: tipologia

A intenção deste item é resgatar os autores (DANTAS, 1987; BARREIRA, 1992) que apresentaram propostas interpretativas acerca do processo de mobilização política, em geral, e dos articuladores eleitorais, em particular. Em função disto, demonstrar a sistematização das duas abordagens desenvolvidas e, então, contra-argumentar com os dois analistas e apresentar um terceiro modelo interpretativo sobre esta temática.

3.1. Análises Históricas: Dantas e Barreira

Dantas (1987), ao re-enfocar a historicidade do coronelismo, a partir de uma ótica estrutural da sociedade, afirma, de forma divergente, do “papel que atribuem ao voto como elemento e intrínseco ao coronelismo” (p. 13), pois, entende que “o voto nem sempre se constituiu na principal fonte de poder do coronel” (p. 14). Sua hipótese de trabalho é a de que “na Primeira República o controle da coerção pelos proprietários rurais apresentava um papel muito mais significativo, como fonte de prestígio e de poder, do que o controle do voto” (p. 14). E, ao sentenciar a análise divergente, afirma que “associar o coronelismo como prática eleitoral em todas as fases da história da República carece de fundamentação empírica” (p. 17). Diante deste confronto interpretativo, Dantas expõe a sua análise do coronelismo em três fases: primeira fase, 1900-1930; segunda fase, 1930-45 e a terceira fase, 1945-64.

Na primeira fase, 1900-1930, as práticas eleitorais fraudulentas, desde o voto a bico de pena, aos mecanismos de atas falsas e comissões eleitorais viciadas vinculadas aos chefes políticos locais, transformaram o regime representativo profundamente comprometido. Daí, a importância do poder da coerção, pela via das milícias particulares. Deste modo, o poder do chefe político da zona rural originava-se, não da sua força de massa votante no pleito municipal e, sim, da sua capacidade de impor e controlar a coerção, por intermédio das milícias particulares. Na sua argumentação “na Primeira República, o controle da coerção foi de maior importância como fonte de poder político” (p. 24), pois as “eleições poderiam ser falsificadas e os resultados geralmente puderam ser impostos, desde que houvesse suporte na força, baseada na capacidade de mobilizar homens em armas” (p. 24). Portanto, na Primeira República, “o coronelismo não se fundamentava no voto” (p. 26), porque “seu exercício estava subordinado e dependente do controle da coerção, elemento fundamental” (p. 26).

Na segunda fase, 1930-45, suas fontes de poder localizam-se na propriedade da terra que fundamentam o seu prestígio social, numa tradição adquirida na Primeira República. Impõe-se nesse período o papel ideológico junto às populações rurais, pois “como ficaria então o coronelismo sem a importância do voto, do seu colégio eleitoral?”.

Na terceira fase, 1945-64, “a grande fonte de legitimação passava a ser o voto. Não que a violência e o prestígio deixassem de ter importância” (p. 32), pois a força política dos chefes locais encontra fundamento na proporção da dimensão da massa votante, com a quantidade de votos cativos. Aí, então, a mercantilização alastra-se e o voto assume a forma de uma mercadoria, pela ação de intermediação do cabo eleitoral, figura entre o coronel e as bases distantes do centro do poder local.

Barreira (1992), apropriando-se da historicidade do coronelismo em três fases de Dantas (1987), apresenta uma classificação distinta para entender “os mecanismos da lógica interna da dominação dos proprietários rurais” (p. 12). Tal objetivo visa compreender a “prática política da classe dominante” (BARREIRA, 1992, p. 17) no sertão nordestino, reduto de influência do coronel. Então, sistematiza a sua interpretação das fases do coronelismo: na primeira, 1889-1933, as eleições fundamentavam-se pelas “eleições fraudulentas, decididas a ‘bico de pena’ e com uso da violência, prisões e assassinatos de adversários políticos” (p. 37); assim “a polícia coagia os eleitores, em articulação com as facções dominantes locais” (p. 37). No início do Século XX, o voto detinha uma importância menor e ocorria a influência das mesas eleitorais e das juntas de qualificação ou de apuração, mecanismos fundamentais para as disputas eleitorais. Desta forma, não havia a necessidade da compra do voto, pois a garantia do pleito achava-se definido no controle das mesas e juntas eleitorais. Na segunda fase, que se estende de 1945 a 64, (BARREIRA, 1992) apropria-se da tese de Dantas (1987), e reconhece que o voto assume um peso marcado pelo valor que passa a representar na disputa eleitoral e, assim, “surgem os cabos eleitorais” (BARREIRA, 1992, p. 37). Nesta fase, ocorre a “compra do voto”, que se efetiva tanto pelo pagamento em dinheiro, como “gratidão” ao proprietário rural por algum benefício recebido pelo homem do campo. Na terceira fase, pós-1964, acontece a ruptura com a dependência pessoal entre o “morador de favor” e o proprietário rural, redefinindo-se assim a lealdade o favor da zona interiorana do Nordeste, em geral, e do Ceará, em particular. Tal rompimento produz “mudanças no comportamento político-eleitoral do camponês” (p. 38). A ruptura no vínculo tradicional do homem do campo encontra-se acompanhada pela inserção de novos mediadores nos conflitos do meio rural, como a Igreja Católica (Comissão Pastoral da Terra), os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e o Estado, por intervenção do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

3.2. Reinterpretação Histórica: fundamentos

A proposta reinterpretação a ser desenvolvida neste momento acerca da historicidade do coronelismo incorpora a classificação das três fases adotadas por Dantas (1987) e contra-argumenta com os dois autores, Barreira (1992) e Dantas (1987), como

interlocutores interpretativos do processo político-eleitoral na zona rural do interior nordestino³. A fundamentação da análise histórica desta interpretação encontra-se embasada em trabalhos anteriores (SOARES NETO, 1984 e 2003). Entretanto, supera o alcance teórico que aqueles estudos apresentaram. Enfim, pela limitação e recorte histórico que as duas investigações citadas encontravam-se: a dissertação de mestrado, no período de 1889-1930; e a tese de doutorado, ao período de 1950; extrapola-se a compreensão histórica do fenômeno para estabelecer um debate com os dois analistas citados do coronelismo, em geral, e do coronelismo nordestino, em particular.

Conforme já foi dito, esta análise sistematiza o estudo do movimento do fenômeno coronelista em três fases: a primeira, de 1889-1930, a *fase privada*; a segunda, de 1930-64, subdivida em dois momentos, a de 1930-45 e a de 1945-64, a *fase de mercado*; e a terceira fase, de 1964-89, a *fase estatal*. Insere-se, nas três fases, a distinção de quatro agentes políticos fundamentais: o *coronel*, o *cabo eleitoral*, o *líder comunitário*, na *política de clientela*, e o *militante partidário*⁴, na *política ideológica*. Além destes quatro agentes políticos, apresentam-se dois sistemas de articulação eleitoral: o *sistema de mediação* e o *sistema de intermediação*. Caracterizam-se os dois sistemas de mobilização política e o desempenho do agente de articulação eleitoral por intermédio de quatro categorias analíticas: *os tipos dos sistemas de mobilização política*, *os recursos da estrutura de articulação política*, *o canal de recrutamento do eleitorado* e *a participação política do votante*.

Fase Privada: Sistema Coronelista (1889-1930)

No sistema coronelista, os recursos têm como fonte fundamental a estrutura econômica da atividade agrícola, na qual a indústria de beneficiamento do produto agrícola exerce uma função estratégica de articulação junto às classes proprietárias.

Verticalmente, o latifundiário organiza, no regime de parceria, a população eleitoral, mobilizando os seus moradores-parceiros para as eleições. Localiza-se, no sistema de produção, pois, o vínculo de ligação política entre o dono da terra e o morador. Decorre, portanto, desse vínculo social o apoio político do camponês: o voto-decabresto do coronel. O canal de articulação do sistema coronelista reside no sistema de produção, no regime de parceria entre o morador e o latifundiário.

A participação política acontece, no sistema coronelista, nos “currais eleitorais”, onde não se encontra a presença de outros agentes políticos, como os intermediários. Existe, apenas, uma relação “direta e pessoal”, de dominação e dependência pessoal, entre os dependentes do seu reduto político e o coronel.

Portanto, o sistema coronelista caracteriza-se, apenas, por uma relação direta e pessoal entre o latifundiário e morador, no sistema de produção, na parceria. O voto-

³ A análise de Dantas encontra-se fundamentada na realidade histórica de Sergipe, a de Barreira no Ceará, e a Soares Neto no Rio Grande do Norte.

⁴ Em função de que a intenção deste artigo limita-se apenas à política de clientela, haverá apenas uma sinalização do que se pretende colocar acerca do militante partidário: um questionamento para vinculá-lo à próxima reflexão acerca do processo de mobilização e articulação política do militante partidário na política participativa ou no orçamento participativo.

de-cabresto representa uma dominação e dependência pessoal do morador ao proprietário da terra, que se manifesta na lealdade daquele para com este, no ato de votar. É, por conseguinte, daí decorrente a *singularidade do voto-de-cabresto do coronel*.

Fase de Mercado: 1930-64 (Processo de Ruptura)

A fase de mercado caracteriza-se por um processo de ruptura com a estrutura de domínio coronelista em dois momentos: o processo de *ruptura econômica* (1930-45) e o processo de *ruptura política* (1945-64).

Ruptura Econômica: 1930-45

O processo de ruptura econômica do sistema coronelista inicia-se com a penetração e a influência econômica dos agentes e representantes dos interesses das indústrias de transformação dos produtos agrícolas na zona rural, provocando uma intervenção nas relações de comercialização no campo. Por intermédio da ação intervencionista do agente da indústria de transformação do produto agrícola na estrutura de poder do coronelato rural, impondo novas relações de comercialização ao antigo sistema de concentração, ocorre a lógica de ruptura econômica no período de 1930-45 na estrutura econômica do coronel.

Ruptura Política: 1945-64

Sistema Mercantil do Cabo Eleitoral

No sistema mercantil do cabo eleitoral, os recursos da sua intervenção originam-se do poder econômico e têm a função de expulsar o voto cativo do coronel, criando o mercado eleitoral de compra e venda dos votos dependentes dos currais eleitorais do coronel. O poder econômico, por não ter redutos eleitorais, insere-se nas bases dos coronéis, buscando, pelo mecanismo da barganha eleitoral, recrutar massa votante que garanta a representação popular.

A ação intervencionista do cabo eleitoral, ao retirar os votos dependentes do coronel, pelo sistema de compra e venda do voto, “fabricou” o “quartel”, reduto semelhante ao “curral” do coronel. Tais recursos serviam de fonte para o controle, na época das eleições, sobre o votante aliciado, que mercantilizou o voto. Por intermédio desse recurso, preservavam os “aliciados” das investidas de outros compradores.

Distinguindo-se os dois sistemas de mobilização política no campo, o coronel garante os seus votos no regime de parceria, daí, o voto-de-cabresto, enquanto o cabo eleitoral obtém o seu voto no mercado eleitoral, intervindo pelo sistema de compra e venda do voto no sistema cativo do coronel. Em função do ganho monetário, acontece uma “saída” dos cativos dos currais eleitorais. Portanto, *o cabo eleitoral provoca, pelo sistema mercantil de compra e venda do voto, a expulsão do eleitorado dependente do coronel*.

O modo de recrutamento do sistema coronelista ocorre no sistema de produção, no regime de parceria, enquanto que, no sistema mercantil do cabo eleitoral, o método

de recrutamento se dá na barganha eleitoral, em que acontece uma transação determinada pelas regras do mercado eleitoral, de acordo com o tipo de eleição e o grau de disputa.

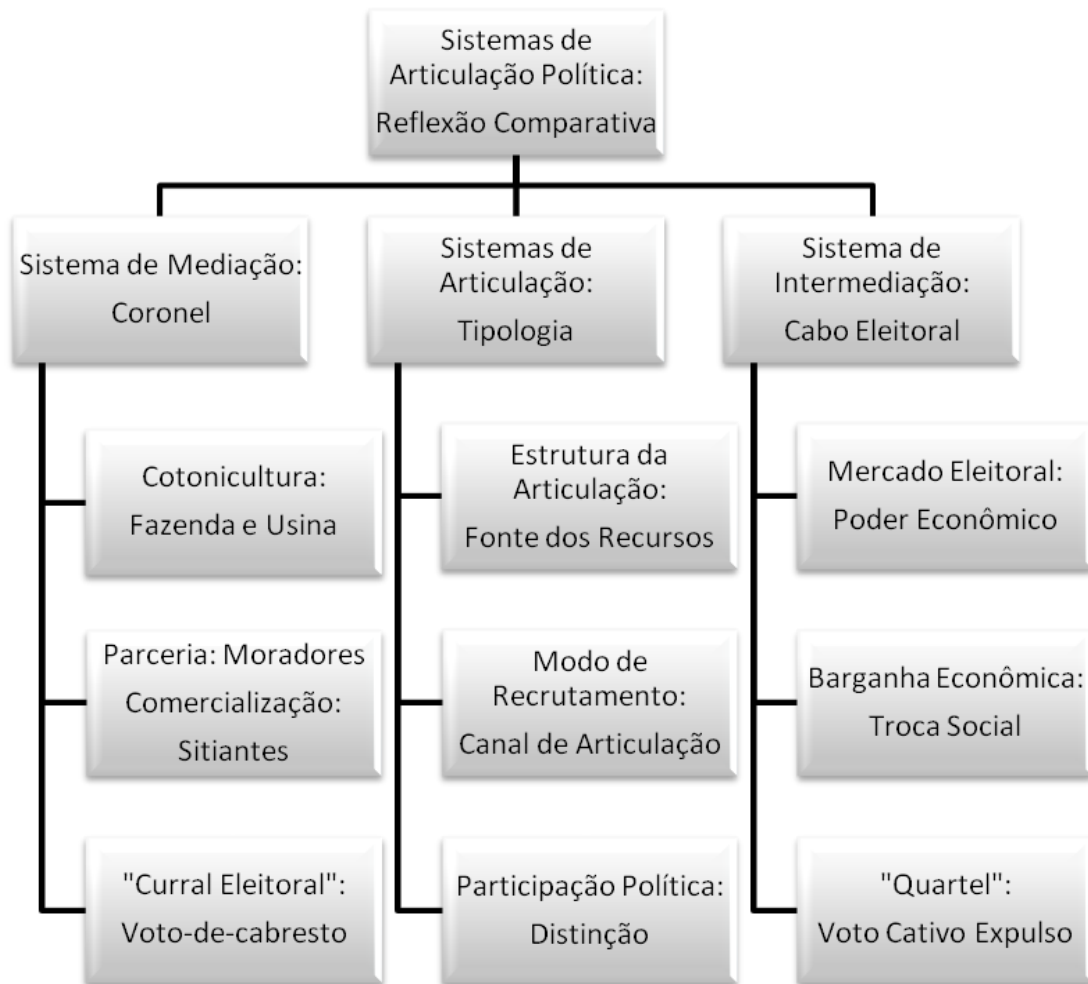
Na referência à participação política, o “curral eleitoral” expressa a fonte da dominação e dependência pessoal da massa votante cativa do coronelato rural, restando ao “quartel” a manifestação do mecanismo de proteção aos que saíram dos currais eleitorais e a preocupação de vigilância contra novas investidas de aliciamento eleitoral.

Fase Estatal: 1964-89. Clientelismo Estatal Sistema do Líder Comunitário

A experiência da ruptura política ocorrida no sistema coronelista, após 1945, principalmente na década de 1950, provoca reações que redefinem os mecanismos de atuação da classe política, após 1964, no regime militar. A intervenção estatal na organização da sociedade civil objetiva definir estratégias de legitimação ao regime autoritário implantado. Cabe aos detentores da máquina estatal a re-estruturação do sistema de mobilização no campo, para fazer frente ao sistema mercantil do cabo eleitoral. O planejamento estatal desenvolve uma metodologia de intervenção no qual ocorre uma recriação do sistema de mobilização política com base nas relações comunitárias. E, então, surge a figura do *líder comunitário*. E as políticas sociais servem de instrumento por meio das quais são estruturadas as comunidades e por onde fluem os recursos públicos, transformados em benefícios materiais e sociais em troca do apoio político das comunidades organizadas pelo centro estatal.

E, assim, o Estado recria o sistema de intermediação político-eleitoral, por intermédio das políticas sociais e da ação comunitária. Doravante, o líder comunitário assume o papel e a função do cabo eleitoral na mobilização da massa votante da comunidade organizada pela intervenção estatal. E o planejamento social torna-se a estratégia de inserção do Estado na organização da sociedade civil. Assim, inicia-se a superação do sistema mercantil de compra e venda do voto do cabo eleitoral, no mercado eleitoral, na política de clientela, conforme se demonstra no fluxograma 01: *Sistemas de Articulação Política*.

Fluxograma 01
Sistemas de Articulação Política



4. Nordeste: política potiguar (estudo de caso)

A intenção histórica da análise da política potiguar, sob a ótica dos sistemas de mobilização e articulação eleitoral da massa votante, ilustra de forma singular a abordagem conceitual tratada anteriormente. Para isto, sistematizam-se os sistemas de mediação e intermediação política, caracterizando-os de forma distinta: o sistema de mediação coronelista, de 1889 a 1930; o processo de ruptura econômica do sistema coronelista, de 1930 a 45, o processo de ruptura política do sistema coronelista, de 1945 a 64, com ênfase na década de 1950; e o processo de implantação do clientelismo estatal, após 1964.

4.1 Periodizações Históricas: domínio coronelista (1889-1930).

O sistema coronelista encontra-se organizado por dois tipos de alianças políticas: aliança vertical e aliança horizontal. A aliança vertical estabelece vínculos entre o morador e o coronel. A fazenda torna-se a fonte de poder do coronel e o regime de trabalho adotado na propriedade agrícola determina a relação de dominação e dependência pessoal do morador ao dono da terra que garante o sustento do homem do campo. A aliança horizontal acontece entre o sitiante e o proprietário da indústria de transformação do produto agrícola regional. Aqui, não ocorre uma relação direta e, sim, instrumental, no processo de comercialização que articula aliança de pares: proprietários rurais, constituída por sítiantes e latifundiários, e o industrial (o usineiro algodoeiro).

Portanto, a forma de organização social do sistema coronelista comporta uma ordem econômica subjacente determinante das relações horizontais, por intermédio das relações comerciais da usina de transformação do produto agrícola, e verticais, por meio das relações sociais de produção vigentes na fazenda, que produzem uma articulação estratégica de domínio e controle do processo eleitoral nas disputas partidárias do poder local.

No Rio Grande do Norte, na Primeira República, dois blocos de interesses econômicos disputavam o comando da política potiguar: o bloco do litoral, vinculado ao açúcar, e o bloco algodoeiro, instalado no sertão e no agreste. Por quase todo o período da Primeira República, o poder estadual encontrou-se nas mãos do grupo açucareiro e só no final da República Oligárquica houve a ascensão do bloco algodoeiro, por intermédio de dois governadores: Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros (1924-28) e Dr. Juvenal Lamartine de Faria (1928-30).

Processo de Ruptura Econômica: 1930/45.

A inserção das multinacionais algodoeiras no mercado nordestino provoca uma desestruturação nas relações de comercialização do produto agrícola, pois introduz um novo agente no processo de compra da produção rural: o *corretor*. Doravante, ocorre uma redefinição no sistema de compra da produção dos produtores rurais, quer pequenos, médios ou grandes cultivadores, pois se instalou um sistema mercantil não mais com base na posse do produto agrícola e, sim, na transferência da produção rural entre o produtor e o agente funcional, neste caso, o corretor da usina algodoeira. Portanto, implanta-se o *sistema de transferência, em substituição ao sistema de posse* do produto algodoeiro e, então, altera-se a composição anterior vigente na estrutura econômica da economia algodoeira, base de sustentação do poder político do bloco hegemônico do Estado potiguar: a fração algodoeira do sertão do Seridó potiguar. Deste modo, ocorre a ruptura econômica da estrutura de sustentação do bloco algodoeiro que havia se apropriado do comando político do Estado potiguar, no final da República Oligárquica.

Processo de Ruptura Política: 1945-64 (1950)

Com a redemocratização do país, após 1945, a lógica de redefinição das relações de mercantilização da produção agrícola projeta-se no processo eleitoral e, então, implanta-se o sistema de barganha econômica nas disputas pela votação da massa votante cativa do coronelato rural. Aquele eleitorado, participante do processo eleitoral por intermédio das relações de dominação e dependência pessoal do homem do campo ao coronel, passa a ser aliciado por uma recompensa monetária e, assim, o seu voto ganha um preço no mercado eleitoral, torna-se fonte de vantagens materiais pelo apoio político, intermediada a transação por um agente político denominado de cabo eleitoral. Com o sistema de compra e venda do voto, implanta-se o mercado eleitoral e, assim, instala-se o processo de expulsão dos votos cativos do coronel.

O Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, tradicionalíssimo político do Seridó e líder estadual, oriundo da República Velha, registra a percepção das mudanças eleitorais ao amigo Nilo Pereira. E, inclusive, o fator decisivo da sua derrota, nas eleições de 1954: “voto... hoje, é uma mercadoria, sujeita as oscilações do mercado” (SOARES NETO, 1984, p. 103).

Bezerra (1982) registra o fato de que Dinarte de Medeiros Mariz, usineiro algodoeiro do Seridó potiguar e ex-governador do Rio Grande do Norte, em carta a outro usineiro e Deputado Theodorico Bezerra, solicita ajuda, pelos riscos da campanha política ditada pelo mercado eleitoral: “salve-me, porque se eu não for eleito senador, me aniquilo financeira e comercialmente” (p. 143).

Portanto, o processo de ruptura de domínio do sistema coronelista encontra no mecanismo de compra e venda do voto o recurso de fissura na estrutura de mando do coronel da zona rural, na década de 1950, pois o sistema de compra e venda do voto não pertence ao sistema de recrutamento eleitoral do sistema de mediação do coronel. Não acontece a barganha eleitoral na estrutura de dominação do coronelato rural, pois o voto-de-cabresto ainda não se constitui um bem de troca, com valor no mercado eleitoral. Desta forma, percebe-se que o coronelismo é negado pelo sistema de compra e venda do voto, no qual emerge a intermediação do cabo eleitoral. Assim, a ação intervencionista do cabo eleitoral retira o coronel do comando do processo de mediação eleitoral no campo. É, pois, o *sistema de intermediação* mercantil do cabo eleitoral a negação do *sistema de mediação* do coronel!

Clientelismo Estatal: pós-1964

No Rio Grande do Norte, o resgate da atuação do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) registra um movimento histórico a ser conhecido: em 8 de setembro de 1970, instala-se o Programa de Alfabetização Funcional, atendendo a 5.087 alunos, em 17 municípios do Estado. No ano de 1973, todos os 150 municípios estavam vinculados ao Programa Educacional, com 135.679 alunos matriculados. Inicialmente, os esforços concentraram-se na alfabetização; porém, gradativamente, outros programas foram implantados, como o Programa Cultural, que desempenhou uma função de mobilização na ação comunitária (FUNDAÇÃO MOBREAL, 1984). Neste sentido, houve a realização de encontros promovidos pelo Mobral e, então, o primeiro encontro foi o

Encontro dos Servidores Municipais Anônimos da Comunidade, na zona urbana de Natal⁵. Da mobilização, foram criados três grupos de associações: a associação das lavadeiras, a associação dos carroceiros e a dos ambulantes. Posteriormente, diversos encontros envolveram os agentes comunitários e os representantes das Comissões Municipais e, assim, percebia-se a “eficácia da ação comunitária... seus frutos eram bastante satisfatórios para que parassem por ali” (p. 55). Neste sentido, o envolvimento com o grupo das parteiras, num encontro de Natal, congregou 570 representantes de todas as regiões do Estado potiguar, no ano de 1980. Posteriormente, realiza-se o I Encontro das Prostitutas, em julho de 1980, que reuniu 510 representantes de 78 municípios. Em seguida, ocorre o I Encontro dos Curandeiros e Rezadeiras, com 567 representantes. Em novembro de 1981, realiza-se o Encontro Estadual de Lavadeiras, com a participação de 1102 mulheres de 32 municípios. Em março de 1981, ocorre o I Encontro dos Poetas Populares, com 111 participantes de 74 municípios (FUNDAÇÃO MOBREAL, 1984).

Durante o período de 1978-81, a Coordenação Estadual promoveu “diversos encontros com os grupos mais representativos das comunidades necessitadas do Estado, ouvindo de perto suas reclamações e fazendo um levantamento e diagnose das dificuldades enfrentadas pelo povo no seu dia-a-dia” (p. 68). Então, o Mobral teve a ideia de promover um encontro com os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, denominados de agentes municipais, para que tomassem ciência dos reclames do eleitorado. Assim, fechou-se um ciclo, com o I Encontro de Agentes Políticos Municipais do Rio Grande do Norte, em dezembro de 1981, com 800 agentes políticos municipais. O Governador Lavoisier Maia, em discurso de abertura, afirmou: “o vereador é a base política do sistema de qualquer força” (p. 72).

Destacando-se a eficácia da metodologia clientelista, deve-se mencionar que, na realidade do Estado potiguar, a proposta viabilizou a permanência por 16 anos da família Maia: Tarcísio Maia (1975-79), por via indireta, Lavoisier Maia (1979-1982), ainda por via indireta, e José Agripino Maia (1982-1986 e 1990-94); ambas as eleições por consulta direta da população. No primeiro mandato deste último, a Secretária de Bem-Estar Social foi a esposa do ex-governador Lavoisier Maia, a assistente social Vilma Maia, que foi a gestora da condução da metodologia clientelista, a nível estadual, no período mencionado. Posteriormente, mesmo separada do ex-marido, tornou-se prefeita de Natal e é, atualmente, governadora do Rio Grande do Norte (2003-2006 e re-eleita para um segundo mandato).

Ilustrando-se a metodologia do clientelismo estatal e enfocando-se a questão no vizinho Estado da Paraíba, o Plano do Povo: Reivindicações Comunitárias, 1987-1991⁶, estabelece diretrizes da ação comunitária que destaca a equipe de mobilização e articulação e as comissões municipais dos agentes comunitários que, na sua implantação e execução metodológicas, demonstram a criação e recriação de estruturas de vinculação

⁵ A denominação Servidores Municipais Anônimos envolveu lavadeiras, carroceiros, engraxates, sorveteiros, jornaleiros, pipoqueiros e outros tipos de ambulantes, segundo a Fundação Mobral, 1984.

⁶ Tornou-se oficial, pela publicação do Plano do Povo, Reivindicações Comunitárias, 1987-1991, por microrregião e município, do Estado da Paraíba.

da sociedade civil com a estrutura estatal, por intermédio das políticas sociais e da ação comunitária. Resgatando-se a estrutura informativa do documento oficial, percebe-se a metodologia intervencionista de mobilização e de ação comunitária, nas várias fases do processo histórico da experiência paraibana. Na instalação da proposta de inserção política, identifica-se o início do trabalho: “vamos formar uma comissão com representantes de vários setores, independente de políticos, com a função de mobilizar e informar a população sobre o que está acontecendo, colaborando com as ações do governo, fiscalizar, cobrar e ser uma ligação entre o governo e a comunidade”⁷. Em seguida, registra-se a importância do envolvimento da comunidade, a nível estadual: “pela primeira vez no Estado, se reúnem em assembleias, pessoas, nos 171 municípios pra discutirem um Plano de Governo. A gente saiu daqui com o pensamento de continuar mobilizado (Município de Patos, p. 15)”. Posteriormente, expõem o vínculo subjacente da metodologia estatal: “num governo votado pelo povo, jogou a proposta na mão das comunidades para dizerem o que querem, o que precisam. Esse é um ato de amizade e de retribuição ao voto que demos a ele (Município de Catingueira, p. 15)”. Fechando o processo de recriação eleitoral, pela via estatal, no sistema de distribuição de recursos públicos e apoio político da comunidade, a percepção do homem do campo: “agora o povo sertanejo está sabendo o valor que tem o nosso voto” (Município de Boqueirão dos Cochos, p. 23).

Conclusão

Na primeira fase, o período de 1889-1930, Dantas (1987) e Barreira (1992) entendem que o fundamento do poder do coronel encontra-se determinado pelo uso da violência política que o controle da coerção propicia ao coronel. Soares Neto (1984 e 2003) afirma não existir o sistema de compra e venda do voto no reduto coronelístico e que o voto representa uma manifestação de lealdade como expressão da relação de dominação e dependência pessoal do morador ao dono da terra. Saes (1978) argumenta que “*nem a barganha, nem a violência podem substituir (ou coexistir com) a dominação pessoal como fundamento das práticas do coronelismo*” (p. 83).

Referindo-se à segunda fase, para o período de 1930-45, Dantas (1987) destaca a honra social, o prestígio social como um elemento primordial da estrutura coronelística oriunda da Primeira República. Barreira (1992), ao reconhecer a segunda fase o período de 1945-64, identifica o mecanismo do voto com valor e o aliciamento agenciado pelo cabo eleitoral na zona rural como um fenômeno de registro da expressão política dos proprietários de terra. Soares Neto (1984 e 2003) identifica que ocorre um processo de ruptura em duas dimensões: a econômica, de 1930-45, e a política, de 1945-64, com ênfase na ruptura política na década de 1950. Na primeira, a ruptura econômica, destaca a intervenção do corretor no sistema de comercialização da produção algodoeira e a redefinição das relações de comercialização da produção agrícola. Na segunda, a rup-

⁷ Governo do Estado da Paraíba, Plano do Povo: Reivindicações Comunitárias, 1987-91, Município de Diamante, p. 23.

tura política, como prolongamento da lógica intervencionista do agente comercial (o corretor), aparece o cabo eleitoral que agencia o sistema de compra e venda do voto no reduto cativo do coronel, visando retirar do coronel o controle do processo eleitoral no campo.

Se as análises de Dantas (1987) e Barreira (1992) partem de premissas não-verdadeiras para a caracterização do fundamento das práticas coronelísticas na Primeira República, então, as suas posteriores interpretações encontram-se enviesadas e insustentáveis na construção da argumentação histórica do fenômeno, ora a honra social (Dantas, 1987), ora o voto com valor e o agenciamento do cabo eleitoral (Barreira, 1992). Se existe prestígio social como fonte do seu poder no período de 1930-45, qual o fundamento da emergência da honra social, se as milícias particulares não servem mais como base de sustentação do poder? O registro, no período de 1945-64, da presença do voto com valor, com o agenciamento do cabo eleitoral, traz uma convergência de fundamentação histórica entre as interpretações de Barreira (1992) e Soares Neto (1984 e 2003). Entretanto, como Barreira (1992) partiu de uma premissa falsa, a violência política como fundamento da prática coronelística, então, tornou-se incompreensível, historicamente, o significado do sistema de compra e venda do voto e o papel de aliciamento da massa votante pelo cabo eleitoral. Ou seja, ocorre o registro de um movimento histórico, o mercado eleitoral e o sistema mercantil do cabo eleitoral, porém, sem uma compreensão do que significa aquele processo de intervenção do intermediário político no reduto cativo do coronel. O processo intervencionista do cabo eleitoral, pelo sistema de compra e venda do voto, no reduto cativo do coronel, na realidade, significa o movimento de ruptura da estrutura de poder do coronelato rural, pois o aliciamento mercantil da massa votante dependente representa a expulsão dos votos cativos da relação de dominação e dependência pessoal do sistema coronelista, na década de 1950, segundo Soares Neto (2003).

Na terceira fase, Dantas (1987) destaca o voto como fonte de legitimação, a partir de 1945. Em função da importância do controle do voto, emerge o papel do cabo eleitoral como elemento de ligação entre os dois pólos da relação política: o coronel e a massa votante rural. Daí, a transformação do voto em mercadoria, com o poder de barganha do eleitorado. Barreira (1992) identifica que, no período pós-1964, ocorre a ruptura da dominação pessoal e novas mediações surgem como as Institucionais: Estatal, pelo INCRA; pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais e a Igreja Católica.

Novamente, os registros históricos dos analistas Dantas (1987), no pós-1945, e Barreira (1992), no pós-64, atestam a convergência apenas histórica com a argumentação demonstrada por Soares Neto (1984 e 2003). Entretanto, a intervenção do Estado representa, via políticas sociais e ação comunitária, na ótica interpretativa deste último analista, a instalação do clientelismo estatal, pela intermediação do líder comunitário, na organização da sociedade civil. A metodologia das políticas sociais que o regime militar instalou e que visou garantir a legitimação do Estado Autoritário pós-64. O processo de ruptura da dominação social e as novas mediações identificadas por Barreira (1992), na realidade, aconteceram num período anterior e as “intermediações” institucionais tornaram-se a implantação do clientelismo estatal que “recriou” os clientes ex-

pulsos pelo processo de compra e venda do voto na década de 1950, no agenciamento do cabo eleitoral.

Na política de clientela, assim como o sistema de mediação do coronel, fundamentado nas relações de dominação e dominação pessoal do morador ao proprietário da terra, foi superado pelo sistema de intermediação mercantil do cabo eleitoral, no método de compra e venda do voto, no mercado eleitoral; também a barganha eleitoral passou por um processo de superação pela estratégia das políticas sociais e da ação comunitária, pela via do líder comunitário. Portanto, no confronto dos dois sistemas de mobilização política no campo na sociedade nordestina, o de mediação e o de intermediação, ocorre o surgimento dos papéis de três articuladores eleitorais: o do coronel, no sistema de mediação; e o do cabo eleitoral e do líder comunitário, no sistema de intermediação. Ambos os sistemas (mediação e intermediação) inseridos na política de clientela.

E para aquecer a reflexão e o debate teórico, além de sinalizar a continuidade da questão e a inserção do tema na atualidade, como se deve compreender, historicamente, o papel dos militantes partidários como articuladores da política ideológica em contraposição à política de clientela?

Cícero José Alves Soares Neto é doutor em Sociologia pela UnB, 2003. Professor Adjunto 3 do Departamento de Filosofia da UFU. cicerojasn@defil.ufu.br

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Ulysses L. de. *Sertanejo e o sertão. Moxotó brabo. Três ribeiras, reminiscências e episódios do cotidiano no interior de Pernambuco*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

ANDRADE, M. A Alonso de. *Clientelismo e máquina estatal nas eleições de 1982*. Pessoa: NDIHR, 1985.

_____. *Neo-coronelismo e perspectivas eleitorais na Nova República*. João Pessoa: NDIHR, 1985a.

_____. "Notas sobre clientelismo, coronelismo e representação política". *Humanidades e Ciências Sociais*. João Pessoa, 2 (3):175-182, jul/set 1988.

ATTWOOD, D. S. "Patrons and mobilizers: political entrepreneurs in an agrarian state". *Journal of Anthropological Research*, New Mexico, 30(4): 25-41, 1974.

BARREIRA, César. *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BEZERRA, Lauro G. *Majó Theodorico: o Imperador do Sertão*. Natal: RN/Econômico, 1982.

BOISSEVAIN, J. "Patrons as brokers". *Sociologische Gids*, Holanda, 16(6): 379-386, 1969.

_____. "Patronage in Sicily". *Man*, London, I (1): 18-33, mar 1966.

CARVALHO, Rejane V. A "Coronelismo e neo-coronelismo: eternização do quadro de análise política do nordeste". *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, 3 (2): 193-206, jul./dez. 1987.

DANTAS, Ibaré. "Mutações do coronelismo", in: *Coronelismo e dominação*. Aracaju: UFSE, 1987.

FAORO, Raimundo. "Sistema coronelista", in: *Donos do poder: formação do patronato político nacional*. 5 ed. Porto Alegre: Globo, 1979.

FOSTER, G. M. Dyadic contract: a model for the social structure. *American Anthropologist*, Lancaster, 63(6):901-919, dez 1961.

MOBRAL. *Rio Grande do Norte; redenção de uma serra*. Rio de Janeiro: MOBRAL, 1984.

FURTADO, João Maria. *Vertentes: memórias*. 2 ed. Natal: Clima, 1989.

HALL, Anthony. "Patron-client relations: concept and terms". *Journal of Peasant Studies*, Londres, 1(4): 506-9, jul 1974.

HERMET, J. LINZ, J; ROQUIÉ, A *Para que sirven las elecciones?* México: Fondo de Cultura Económica, 1992..

JAGUARIBE, Hélio. "Política de clientela e política ideológica: ensaios de interpretação da situação política brasileira". *Digesto Econômico*, Rio de Janeiro, 68:41-62, jul. 1950.

KENNY, Michael. Patterns of patronage in Spain. *Anthropological Quarterly*, Washington, 33(1):14-23, 1960.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo*. 4 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

MAYER, Adrian C. Importancia de los cuase-grupos en el estudio de las sociedades complejas, in: BANTON, M. *Antropología social de las sociedades complejas*. Madri: Alianza, 1980.

MONTENEGRO, M. L. de S. *Análise dos planos de intervenção do SAR no meio rural*. Recife,

1978. Dissertação de Mestrado defendida na Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco.

ONTANEDA, N. M. *Clientelismo y dominio de clase: el modo de obrar político en Colombia*. Bogotá: Cinep, 1977.

PAINÉ, Robert. "Theory of patronage and brokerage", in: *Patrons and brokers in east Africa*. Canadá: Memorial University of Newfoundland, 1971.

QUEIROZ, M. I. P. de. "Coronelismo numa interpretação sociológica", in: *Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SÁ, M. A. F. de. *Dos velhos aos novos coronéis*. Recife, 1978. Dissertação de Mestrado defendida na Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco.

SAES, Décio A. M. "Coronelismo e estado burguês: elementos para uma reinterpretação". *Estudios rurales latinoamericanos*, Bogotá, 1 (3): 68-93, 1978.

SILVERMAN, Sydel. Patronage and community-nation: relationship in Central Italy. *Ethnology*, Pittsburgh, 4 (2): 172-189, 1br 1965.

SINGER, Paul. "Política das classes dominantes", in: IANNI, O. et alii. *Política e revolução no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOARES NETO, C. J. A. *Seridó e os "votos de porteira batida": 1889-1930*. Um estudo monográfico sobre o coronelismo no Rio Grande do Norte. Campinas, 1984. Dissertação de Mestrado defendida na Sociologia, Universidade Estadual de Campinas.

_____. *Processo de ruptura do voto-de-cabresto do coronelismo: Seridó Potiguar (1950)*. Brasília, 2003. Tese de doutorado defendida na Sociologia, UnB.

VILLAÇA, M. V. ALBUQUERQUE, R. C. de. *Coronel, coronéis*. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro Brasília: UnB, 1978.

WOLF, Eric. "Aspects of group relations in a complex society: México". *American Anthropologist*, Lancaster, 58 (6): 1065-1078, dez 1956.